

Meridionalismo: o novo paradigma da geopolítica brasileira?

Rafael Regiani¹

Resumo

A geopolítica brasileira é tributária das mesmas doutrinas que moldaram historicamente o pensamento ocidental na área: Backeuser segue Ratzel, Travassos se inspira em Mackinder, e Golbery é influenciado por Mahan. Este último, o mais recente, influenciou fortemente a geopolítica do período militar, antes da disciplina ser abandonada pelos governos do período democrático como diretriz para a política externa. Surge, então, o Meridionalismo, corrente de pensamento de origem autóctone como alternativa. Este artigo confronta a geoideologia meridionalista com a política externa realizada nas administrações petistas para analisar seus erros e acertos à luz desse novo paradigma da escola geopolítica brasileira.

Palavras-chave: Meridionalismo, Geopolítica Brasileira, Política Externa.

Meridionalismo: nuevo paradigma de la geopolítica brasileña?

Resumen

La geopolítica brasileña es tributaria de las mismas doctrinas que moldaran históricamente el pensamiento occidental en el área: Backeuser sigue Ratzel, Travassos inspirase en Mackinder, Golbery es influenciado por Mahan. Este último, el más reciente, influenció fuertemente la geopolítica del período militar, antes de la disciplina ser abandonada por los gobiernos del período democrático como directriz para la política externa. Surge, entonces, el Meridionalismo, corriente de pensamiento de origen autóctona como alternativa. Este artículo confronta la geoideología meridionalista con la política externa realizada en las administraciones petistas para analizar sus errores y aciertos a la luz dese nuevo paradigma de la escuela geopolítica brasileña.

Palabras-clave: Meridionalismo, Geopolítica Brasileira, Política Externa.

Introdução

Dois teorias caracterizaram historicamente a produção geopolítica: a teoria do poder terrestre e a teoria do poder marítimo, cada uma afirmando que a construção do poder nacional passa pelo controle da terra, na primeira, e do mar, na segunda. Estas teorias compõem a base geopolítica de duas geoideologias da atualidade: o eurasiânismo e o atlantismo, respectivamente, e que disputam o poder

¹ Doutorando em Geografia Humana pela FFLCH-USP. Contato: rr.geousp@gmail.com

mundial, defendendo diferentes valores sociais. O eurasianismo enfatiza a autoridade, a hierarquia e o nacionalismo, e prevalece nos países da Eurásia, ao passo que o atlantismo reza pelo individualismo, a liberdade e a democracia, e predomina nos países do Ocidente (REGIANI; MARTIN, 2018, p. 150).

No Brasil essas correntes foram representadas respectivamente por Mario Travassos e Golbery do Couto e Silva. Mario Travassos, escrevendo na década de 1930, adaptou as ideias de Mackinder à realidade sul-americana. Sua obra *Projeção Continental do Brasil* remetia a um Brasil que disputava com a Argentina a hegemonia da Bacia do Prata e da América do Sul, daí sua utilidade em enfatizar a importância de se controlar o *heartland* boliviano na edificação do poder brasileiro. Grosso modo, o cenário geopolítico sul-americano da época era análogo ao que deu origem à teoria do poder terrestre de Mackinder: na Eurásia os Impérios Russo e Britânico disputavam o domínio do *heartland* da Ásia Central por meio de uma corrida ferroviária pelo controle do Afeganistão (REGIANI, 2013, p. 921), e, na América do Sul, Brasil e Argentina disputavam uma corrida ferroviária pelo controle do *heartland* boliviano. Embora Travassos não fosse assumidamente um adepto do eurasianismo, a visão de mundo mackinderiana subjacente a ambos estabelece a conexão. Além do que, o “eurasianismo” de Travassos pode ser reforçado pela sua visão crítica das pretensões americanas na América do Sul. Dizia o capitão que os EUA se infiltrariam na região preferencialmente através da costa do Pacífico, se aproveitando da fragmentação política dos países andinos, em busca de petróleo – e na Amazônia em busca da borracha –, o que seria fonte de instabilidade política na América do Sul. Caberia ao Brasil o papel de fazer valer sua força continental para se contrapor às pressões americanas, e trazer estabilidade política ao conjunto dos países da América do Sul (TRAVASSOS, 1935, p. 98-101).

Golbery do Couto e Silva, por sua vez, produziu sua obra *Geopolítica do Brasil* à época da Guerra Fria, e seu conteúdo reflete as preocupações e temores da época. Golbery utiliza os conceitos de Espaço e Posição para fazer sua avaliação da realidade territorial brasileira. O Espaço é valorizado mais no plano da política doméstica, em que ele destaca as dimensões do território brasileiro para ressaltar o potencial do país, e os vazios demográficos desse mesmo a serem ocupados por uma geopolítica de colonização interna. A noção de Posição é empregada para

determinar a situação brasileira dentro da ordem bipolar da Guerra Fria, prevendo as eventuais ameaças ao território brasileiro, os possíveis aliados, e o papel internacional do Brasil (FREITAS, 2004, p. 41-42). Golbery crê, então, que pelo Brasil estar posicionado a ocidente no globo ele teria um papel a desempenhar na defesa do 'Ocidente cristão, científico e democrático', como ele caracteriza a civilização ocidental, contra o 'perigo vermelho' soviético, que ameaçava, se nem tanto o pilar científico, mas sobretudo os pilares democrático e cristão graças à sua filosofia materialista e autoritária. Esta ameaça é retratada projetando-se desde o *Heartland* eurasiático, passando pela África, e chegando ao Brasil via Atlântico Sul, o qual o Brasil ocuparia posição-chave na defesa desta área situada na retaguarda do Ocidente. Da mesma forma, o Brasil também precisaria do Ocidente para se defender da mesma ameaça comunista, que no país era representada não pelo confronto militar, mas pela infiltração de agentes subversivos somadas à pobreza da população e à fragilidade do Estado brasileiro diante do seu próprio atraso (SILVA, 1981). Daí que Golbery pode ser classificado como um representante da vertente atlantista da escola geopolítica brasileira, pelos valores comuns ao atlantismo que ele defende, e pelo elo que ele estabelece entre o Brasil e o Ocidente através do Oceano Atlântico.

Agora no século XXI, após o esgotamento do projeto Brasil Potência do regime militar, o geopolítico André Martin propõe ao país um novo projeto de potência chamado de Meridionalismo, este adequado à nova realidade brasileira, bem como ao cenário mundial. O Brasil, por suas características geográficas é tanto um país continental quanto marítimo e, assim sendo, o Meridionalismo opta por uma teoria do poder anfíbio como a mais adequada aos seus propósitos (MARTIN, 2007), criando deste modo uma nova perspectiva geopolítica de se ver o país, perspectiva esta que funciona como uma terceira via capaz de romper com a dicotomia poder terrestre versus poder marítimo, Mário Travassos versus Golbery do Couto Silva, autores que geoideologicamente representam o eurasionismo e o atlantismo na escola geopolítica brasileira.

O objetivo deste trabalho é investigar as possibilidades reais do Meridionalismo servir de guia referencial para a geopolítica do Brasil emergente. Para isso comparar-se-á a política externa do governo petista, época em que o

Brasil emergente esteve em seu auge internacional, com as diretrizes meridionalistas.

O método adotado foi realizar uma revisão bibliográfica acerca da produção acadêmica de André Martin, incluindo artigos, palestras, entrevistas proferidas, após a qual se realizará uma descrição do Meridionalismo em seus principais pontos, seguido por sua confrontação à política externa dos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, permitindo assim, encontrar erros e acertos da política externa praticada no período, segundo o paradigma meridionalista.

Breve Apresentação do Meridionalismo

O Meridionalismo é uma geoideologia fundada pelo professor e geopolítico brasileiro André Martin. Contudo, não é uma geoideologia criada do nada, e sim através da crítica e aprimoramento das ideias geopolíticas apregoadas por autores anteriores. Deste modo, o Meridionalismo possui os seus predecessores. Martin aponta Therezinha de Castro como sendo um deles. Sua Teoria da Defrontação projetava a linha de costa marítima dos países do Hemisfério Sul sobre a Antártida numa primeira tentativa de reservar aos países do Sul o direito sobre as terras do seu próprio hemisfério.

Numa perspectiva mais histórica, Portugal é tido como um precursor do Meridionalismo. Segundo Martin foi Portugal quem inventou o Sul, primeiro ao empurrar nessa direção os mouros da Península Ibérica, posteriormente ao navegar nessa direção na busca de uma rota para as Índias, contornando a tradicional rota mediterrânea controlada pelos mercadores árabe-islâmicos (MARTIN, 2014a). Ora, se os EUA, uma vez colônia, ao tornarem-se mais fortes que sua ex-metrópole Inglaterra, terminaram por suceder o Império Britânico na hegemonia global, o Brasil, que teve um destino semelhante em relação a Lisboa, poderia também tentar substituir o Império Português meridional.

A área de abrangência é todo o mundo intertropical, mesmo quando no hemisfério norte, mais o mundo austral, incluindo a faixa temperada e polar do hemisfério sul, formando, assim, o mundo meridional (MARTIN, 2014a; MARTIN,

2007). Excluem-se as zonas temperada e polar do hemisfério norte, área que corresponde, basicamente, aos antigos conjuntos dos países do primeiro mundo e do segundo mundo.

Até por isso, se poderia concluir precipitadamente tratar-se o Meridionalismo de um neoterceiro-mundismo. Contudo, Martin ressalta que o terceiromundismo possuía uma visão economicista por trás de si, identificando seus membros como países subdesenvolvidos baseado numa analogia com a ideia de Terceiro Estado, como era chamado a camada que pertencia ao povo na Revolução Francesa, enquanto que o Meridionalismo é baseado primordialmente na geografia. O movimento dos países não-alinhados é outro que o Meridionalismo poderia ser acusado de estar ressuscitando com uma roupagem nova. Mas Martin também refuta afirmando que os não-alinhados eram baseados na noção de neutralidade internacional na Guerra Fria (MARTIN, 2007). Eles possuíam uma posição geopolítica negativa no sentido de não se alinharem nem com os EUA nem com a URSS. O mundo atual é marcado pela ascensão da multipolaridade, e não mais pela bipolaridade. Não-alinhamento para fazer sentido hoje teria que significar neutralidade em relação a todos os polos da ordem multipolar, uma posição difícil de ser tomada. Além do que o Meridionalismo possui um ponto de vista realista quando reconhece ser o Sul um hemisfério de impotências (MARTIN, 2014b), enquanto o terceiromundismo e os não-alinhados tinham uma visão mais idealista das relações internacionais, que pode ser exemplificado na liderança moral que a Índia de Nehru buscava possuir sobre este grupo de países.

Deste modo, o Meridionalismo corresponde, no plano da ideologia, à aceitação da condição de meridionalidade e sua utilização como trunfo no contexto internacional global. Os Estados sob a condição da meridionalidade apresentam fragilidades econômica, militar, política e diplomática, que os tornam impotentes no campo das relações internacionais, sendo, então, satelitizados pelos países do Norte (MARTIN, 1993, pp. 113-117).

O realismo geográfico subjacente ao Meridionalismo é que o faz incluir a Austrália entre seus países-chave e excluir a China, o que a filosofia economicista do terceiro-mundismo e dos não-alinhados não é capaz de fazer, já que inclui a

Austrália no grupo dos países de primeiro-mundo e alinhado ao Ocidente, e considera a China como país pobre e subdesenvolvido. Mas a realidade atual é diferente, daí a obsolescência tanto do movimento terceiro-mundista quanto dos não-alinhados, necessitando os países do Sul de serem repensados em seu papel no século atual. O Meridionalismo tenta encontrar um novo papel para esse grupo de países, e faz isso através da “retomada do sentido geopolítico da distribuição do poder mundial, recolocando na análise das relações internacionais a dimensão territorial, ou geográfica, do poder” (MARTIN, 1993, p. 114).

A desconsideração pela Austrália é criticada por Martin como um ponto frágil do Ocidentalismo de Golbery, que enfatiza demasiadamente a localização do Brasil no Hemisfério Ocidental, vendo a Austrália como distante no mapa. (MARTIN, 2007, p. 112). O que chega a ser uma ironia do Ocidentalismo míope brasileiro, pois a Austrália, dos países do Hemisfério Sul, possui a política externa mais pró-ocidente, uma economia de primeiro-mundo, apesar de estar inserida numa vizinhança de Terceiro Mundo, e parte integrante da civilização ocidental de acordo com muitos estudiosos. Foi preciso o Meridionalismo distorcer cartograficamente o mapa-múndi em favor do Hemisfério Sul para valorizar corretamente a Austrália, em que pese os motivos da aproximação sejam diferentes: passado colonial, pouca voz internacional, economia primário-exportadora, clima tropical, etc.

Em razão disso os países do Hemisfério Sul apresentam um comportamento político-diplomático semelhante, que varia entre os pólos do ocidentalismo e o regionalismo/tropicalismo, isto é, o meridionalismo, em variados graus. A Austrália sendo um pouco mais ocidentalista, a Índia tendendo mais ao meridionalismo, e o Brasil e a África do Sul mais próximos de um equilíbrio entre os polos (ALBUQUERQUE, 2014, p. 17).

O meridionalismo é uma condicionante da localização geográfica desses países, enquanto que o ocidentalismo é herança de laços políticos estabelecidos no período colonial por impérios ocidentais. Então os países do Hemisfério Sul se encontram num dilema entre a geografia e a história, e a política externa deles reflete isso. O que o Meridionalismo afirma é que se as forças geográficas predominarem na condução da política destes países em detrimento das forças

inerciais da história se causaria uma ruptura geopolítica que faria os países meridionais entrarem em um novo período geohistórico marcado por soberania e desenvolvimento reais.

Assim, Martin advoga pela criação de um Comitê do Sul, contando com uma potência regional representante de cada continente, como forma de tornar o Hemisfério Sul em um sexto jogador da política global. O Brasil representa a América; a África do Sul, a África; a Índia, a Ásia; a Austrália, a Oceania; e a Antártida poderia ser representada pela Argentina, de acordo com a Figura 1 (MARTIN, 2007, p. 114).

Figura 1 – Mapa da Geoideologia do Meridionalismo

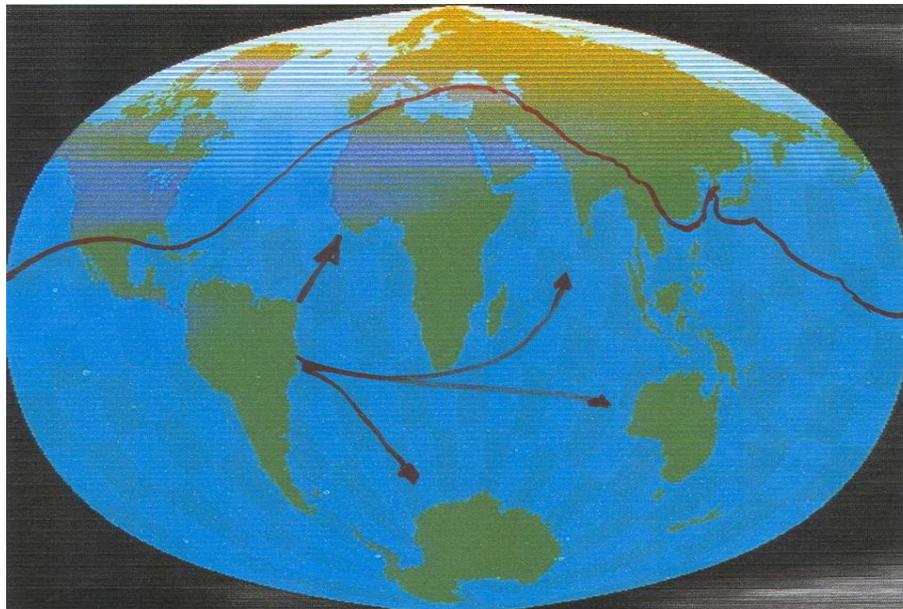


Martin critica que as projeções cartográficas predominantemente utilizadas na representação do globo distorcem a realidade em favor das potências do Hemisfério Norte. Ao afastar entre si os continentes do Hemisfério Sul, lhe dá a aparência de uma região dispersa e, assim, influencia negativamente na percepção dos povos meridionais, que não tomam consciência de sua condição geopolítica. No lugar da usual projeção de Mercator, ele propõe outra projeção cartográfica, que distorce propositalmente as distâncias entre os continentes do Hemisfério Sul no sentido de

torná-los mais próximos do que na realidade e facilitar a concepção de um universo meridional, conforme a Figura 2 (MARTIN, 2014, p. 49).

O universo meridional corresponderia ao máximo de projeção global que o Brasil Potência poderia atingir, e isto usando as conexões que o Atlântico Sul o permite estabelecer com os diferentes continentes desse universo. Deste modo, Martin critica Golbery por ver o Atlântico Sul apenas com valor defensivo e, assim, mantendo as aspirações do Brasil restritas a buscar um lugar no interior do Ocidente.

Figura 2 – O Mundo visto pelo olhar meridionalista



Fonte: MARTIN, 2007, p. 112.

A Política Externa da Era Petista

Após o fim do regime militar brasileiro, a política externa seguida pelos novos governos democráticos, de acordo com Cervo e Bueno (2015), visava a inserção global do Brasil se adaptando às normas internacionais vigentes, num contexto de neoliberalismo triunfante com o fim da União Soviética em que o Brasil aderiu ao Consenso de Washington. O 'Estado desenvolvimentista' dava lugar ao que os autores definem como 'Estado normal', de características mais subservientes às demandas do mercado e que marcou os governos da década de 90. Posteriormente

esse modelo de Estado foi substituído pelo ‘Estado logístico’, em que o Estado visa a capacitar os agentes econômicos e sociais antes de transferir responsabilidades para eles, e ao mesmo tempo apoiá-los em suas ações no exterior no sentido de aproveitamento maior das oportunidades econômicas criadas pela globalização e que teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, e que Lula deu continuidade. (CERVO; BUENO, 2015, pp. 487-489).

O período de administração petista se iniciou em 2002 após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, posteriormente reeleito em 2006, e continuou com a eleição de sua sucessora Dilma Vana Rousseff por mais dois mandatos, o segundo interrompido em 2016. Nesse período ocuparam a chancelaria do Itamaraty os seguintes ministros: Celso Amorim, no governo Lula, e Antonio Patriota, na época da Presidenta Dilma.

Conta Celso Amorim, em suas memórias diplomáticas, acerca da visão de mundo do governo Lula:

Buscávamos o fortalecimento da OMC, sobre a base de relações mais justas, em que o desenvolvimento – e não apenas o livre-comércio – fosse um dos pilares de uma ordem mundial equitativa e solidária. Esse empenho decorria de uma visão de mundo que foi expressa também em muitas outras ações de política externa do governo do presidente Lula, incluindo desde a criação da Unasul até as aberturas para outros países e continentes, como a África e o mundo árabe. Esse esforço contemplava ainda a tentativa de reforma do Conselho de Segurança e a formação de grupos como o BRICs e o IBAS. Todas essas iniciativas eram inspiradas pela concepção de uma ordem global menos sujeita a áreas de influência e hegemonias, uma ordem em que ações unilaterais (no comércio ou no emprego da força) se tornem cada vez mais raras e na qual os países possam basear suas relações em regras equilibradas e previsíveis, não impostas por este ou aquele país – ou grupo de países –, mas acordada multilateralmente. Contrariamente ao que se alega às vezes, esse não é um “viés ideológico”, ainda que possa ser (para tomar o outro termo do binômio de Karl Mannheim) inspirado por uma utopia. [...] (uma utopia despida de pretensões milenaristas ou distorções fundamentalistas, mas baseada na razão e no sentido de justiça) [...] (AMORIM, 2015, pp. 489-490).

Fica nítido que a visão de mundo que guiou os governos petistas de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff era uma de natureza liberal, baseada em ideais abstratos de justiça, razão, igualdade, e solidariedade humana e que, portanto, sua política externa não era inspirada pela geografia, como é o Meridionalismo. Por isso, aponta Martin que o PT não foi capaz de romper com a

tradicional dicotomia entre ocidentalismo e terceiro-mundismo da política externa brasileira. Ele adotou apenas uma postura crítica maior ao imperialismo americano em relação aos governos anteriores (MARTIN, 2007, p. 109). A crítica do imperialismo fez os governos petistas abdicarem do ocidentalismo, e a ausência de geografia a não enxergar o tropicalismo, uma das bases do terceiro-mundismo. E, assim sendo, não foram capazes de atingir o meridionalismo, que é uma síntese dos dois pólos, na definição de seu próprio criador (MARTIN, 1993, p. 115).

Cervo e Bueno distinguem duas tendências que marcam a política externa brasileira nos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff: ascensão e declínio. No geral, segundo os autores, a política externa da era petista foi marcada pela continuidade nas estratégias de inserção internacional brasileira. A diferença entre os dois governos foi muito mais no esforço e entusiasmo com que a política externa foi conduzida por cada um, diferença esta que foi fundamental para os resultados mais expressivos que o primeiro obteve em relação à segunda. Deste modo, Cervo e Bueno apontam duas falhas que ditaram o declínio do globalismo multilateralista sob Dilma: o estilo de governar sem diálogo, que afastou Estado e sociedade, e a escassez de pensamento e ideias-força, que não trouxe inovação política (2014, pp. 561-562).

Em suma, Dilma, apontada por Lula como sua sucessora, e eleita em grande parte com os votos transferidos por ele, tentou as políticas exitosas de Lula. Contudo, sem ter o mesmo estilo e habilidade política do antecessor, aliada a um cenário internacional menos favorável na economia, Dilma não logrou em obter os mesmos resultados. Com relação a falta de ideias-força, mostra bem que os governos democráticos, repudiando a geopolítica militar, deixaram um vácuo geoideológico que o Meridionalismo tenta preencher (MARTIN, 2014, p. 51).

A geopolítica na administração petista foi mais empregue no sentido da racionalização do território. Essa visão, em realidade, não era muito diferente daquela seguida pelos governos democráticos anteriores ao do PT, como o de Fernando Henrique Cardoso. Daí a crítica de Martin à política externa petista. A seu ver nem Lula nem Dilma foram capazes de superar a dicotomia entre ocidentalismo

e terceiro-mundismo que vem se reproduzindo no país desde a década de 1950 (MARTIN, 2007, p. 112).

O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) foi fundado em 2003 reunindo os três principais países do Sul, voltado para intensificar a cooperação Sul-Sul entre seus membros mediante acordos nas mais diversas áreas: comércio, segurança, tecnologia de informação, energia, saúde, alimentação, etc. (CERVO; BUENO, 2015, p. 555). Este grupo, pelos membros que possui, é o que mais se aproxima do ideal do Meridionalismo, porém falta-lhe a Austrália. Por isso Martin propõe que seja ampliado para IBASA, inclusive convidando a Marinha deste país para os exercícios navais realizados pelo grupo, o IBSAMAR.

Mas também houve acertos na política externa petista do ponto de vista meridionalista. No atual momento vive-se uma corrida navalista entre as potências, em que a exploração dos recursos naturais marítimos – hidrocarbonetos, metais, pesca, etc. – é a nova fronteira econômica do capitalismo. Isso estimula nos países uma política marítima voltada para a defesa e aproveitamento econômico de suas águas territoriais, cuja indústria naval é um setor chave na formação de uma marinha equipada, bem como de uma marinha mercante adequada às necessidades do país, e da geração de tecnologia capacitada para a exploração dos recursos naturais marítimos.

Uma marinha forte também vai de encontro à realidade do Hemisfério Sul, que é predominantemente marítimo no tocante ao seu quadro ecológico, sendo deste meio que virão as principais ameaças de agressão ao Brasil por parte de uma força externa a América do Sul. Martin reconhece este cenário quando diz que o ‘momento é da Marinha’ (2014, pp. 49-52).

Assim, no planejamento estratégico, o governo Lula acerta, do ponto de vista meridionalista, em incluir entre as metas do centenário objetivos relativos ao meio marítimo, tais como ‘duplicar o consumo per capita de peixe e a pesca em 50%’ e ‘lançar ao mar o submarino nuclear’ (ZIBECHI, 2012, pp. 101-102). Para atingir esse último objetivo foi criado em 2010 o Prosub (Programa de Desenvolvimento de Submarinos) com a construção de um estaleiro específico no estado do Rio de Janeiro para a fabricação de quatro submarinos convencionais e um nuclear através

de tecnologia francesa (Ibidem, p. 134). O primeiro deles, o submarino Tamandaré ficou pronto ao final de 2018.

Já na política de transportes, o governo de Dilma Rousseff em parte acertou e em parte errou. Ela acerta ao propor a ligação ferroviária entre as cidades da megalópole brasileira compreendida por São Paulo e Rio de Janeiro, pois o Meridionalismo enfatiza a importância de se desenvolver uma complexa malha ferroviária como forma de integração do território nacional e também do continental, retomando a ideia travassiana da ferrovia bioceânica ligando os portos de Arica e Santos (MARTIN, 2007, pp. 116-118). Contudo, a administração petista falha em querer adotar a tecnologia avançada do trem-bala para percorrer o trecho, uma vez que o Meridionalismo prefere a adoção de tecnologias de nível intermediário, mais condizentes com a realidade do desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico do país, sugerindo no lugar do trem-bala o modelo de média-velocidade do Pendolino italiano, utilizado para conectar as cidades de Roma e Milão (MARTIN, 2014, pp. 52-53). No final, o fracasso da implementação do trem-bala atesta a opção equivocada do governo de Dilma.

Conclusão

O Meridionalismo ainda é uma teoria em construção. É preciso aperfeiçoá-lo em sua forma, para então dar início a estudos mais aprofundados de sua viabilidade política. Ao mesmo tempo, uma vez que a política externa petista tem seu grau de continuísmo, também é preciso analisar a política externa de governos anteriores sob a mesma ótica meridionalista para que se possa fazer uma releitura da história das relações externas brasileiras e encontrar nela os primórdios do próprio Meridionalismo enquanto prática geopolítica, algo que vai além das pretensões deste artigo.

Até o advento do Meridionalismo, a escola geopolítica brasileira tem no Ocidentalismo golberyano sua linha mais avançada, linha esta que era a favorita dos militares durante o regime instalado em 1964. Os governos democráticos posteriores a 1984 negligenciaram a tradição geopolítica brasileira, pois associavam esta

disciplina com o fascismo e o imperialismo. O resultado é que o pensamento de Mario Travassos, que poderia representar uma alternativa à esquerda de Golbery, ficou esquecido. Mas o Meridionalismo de André Martin oferece hoje um resgate em parte da geopolítica travassiana, principalmente no que concerne ao seu ferroviarismo, mas dentro de uma visão de mundo mais atualizada.

Os acertos e os erros da política externa petista foram derivados, basicamente, de seu continuísmo, isto é, não se viu nos governos Lula e Dilma uma mudança radical na atuação do Itamaraty, no máximo um ajuste da política externa no sentido de atingir um maior equilíbrio entre as tendências do ocidentalismo e o tropicalismo. No caso, esse ajuste se deu reduzindo a ênfase no ocidentalismo e aumentando um pouco o peso do tropicalismo, quando comparado à política externa praticada no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso.

Misturando um anti-ocidentalismo e um tropicalismo, mas de base econômica e sociológica, e não geográfica, o PT não foi capaz de atingir o meridionalismo plenamente. Além do mais a visão de mundo por trás de sua política externa era globalista. Criticava o globalismo neoliberal e propunha no lugar uma alter-globalização em que o apetite do capital seria regulado por regras comerciais "justas e iguais" para todos os países e as divergências dirimidas no interior de instituições multilaterais, mas que não deixa de ser uma forma de globalização. O Meridionalismo, por sua vez, é regionalista, preferindo concentrar os esforços internacionais brasileiros na América Latina e, mais amplamente, no Hemisfério Sul. Ele não tem pretensões universalistas como a alter-globalização petista.

Por fim, a política externa petista não foi ideológica, mas sim idealista. Ela não seguiu ideias próprias na sua leitura do cenário mundial e das necessidades do país, mas aderiu ao mesmo programa neoliberal imposto por Washington ao restante do globo na década de 90. Se não bastasse a adesão ao consenso neoliberal, ainda tentou levar o ideal neoliberal à sua perfeição ao querer construir um mundo mais justo, em que as regras internacionais de comércio fossem iguais para todos os Estados, e a interdependência econômica através da integração regional sul-americana como caminho para a paz. Esse é exatamente o que o mundo sob o

liberalismo teoricamente deveria ser: isonômico e pacificado através do comércio. Nesse sentido a política externa petista não foi meridionalista.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A teoria geopolítica meridionalista de André Martin. **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 2, pp. 5-18, jul./dez. 2014.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2004.

MARTIN, André Roberto. As grandes tendências no cenário estratégico global: repercussões para o Brasil, pp. 42-53. In: ALMEIDA, Perpétua; ACIOLY, Luciana (orgs.). **Estratégias de Defesa Nacional: desafios para o Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014a.

_____. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial – o anti-Golbery**. 2007. 118 f. Tese (Livre-docência). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Entrevista concedida a Dídimos Matos. **Revista de Geopolítica**, v.5, nº2, pp. 3-4, jul./dez. 2014b.

_____. Qual é o nosso “Bloco”? O Brasil procura o seu lugar no mundo. In: SCARLATO, F.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; ARROYO, M. (Orgs.). **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

REGIANI, Rafael; MARTIN, André Roberto. Geopolítica e Geoideologia na Atualidade: rumo ao pluralismo ideológico? **Revista de Geopolítica**, v. 9, nº 2, pp. 142-156, jul./dez. 2018.

REGIANI, Rafael. A Fronteira Terrestre de um Império Marítimo. **Revista Geonorte**. Edição Especial 3, V. 7, N. 1, pp. 914-932, 2013.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1981.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ZIBECCHI, Raúl. **Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

Recebido em 2019-07-30.

Publicado em 2019-01-01.